



**Concurso Público para provimento de vagas de
Técnico Legislativo
Categoria Técnico Legislativo**

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'T38', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA
OBJETIVA**

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Ponderação e prudência dissolvem mais problemas que a ira.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: **A ● C D E**
- Ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Leia o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 6.

1. *Sinto inveja dos contistas. Para mim, é mais fácil escrever um romance de 200 páginas que um conto de duas.*
2. *Já se tentou explicar em fórmulas narrativas a diferença entre um conto, uma novela e um romance, mas o leitor, que não precisa de teoria, sabe exatamente o que é uma coisa ou outra assim que começa a ler; quando termina logo, é um conto. O critério do tamanho prossegue invencível.*
3. *Para entender o gênero, criei arbitrariamente um ponto mínimo de partida, que considero o menor conto do mundo, uma síntese mortal de Dalton Trevisan: "Nunca me senti tão só, querida, como na tua companhia".*
4. *Temos aí dois personagens, um diálogo implícito e uma intriga tensa que parece vir de longe e não acabar com o conto. Bem, por ser um gênero curto, o conto é também, por parecer fácil, uma perigosa porta aberta em que cabe tudo de cambulhada.*
5. *Desde Machado de Assis, que colocou o gênero entre nós num patamar muito alto já no seu primeiro instante, a aparente facilidade do conto vem destroçando vocações.*
6. *Além disso, há a maldição dos editores, refletindo uma suposta indiferença dos leitores: "conto não vende". Essa é uma questão comercial, não literária. Porque acabo de ler dois ótimos livros de contos que quebram qualquer preconceito eventual que se tenha contra o gênero.*
7. *Os contos de A Cidade Dorme, de Luiz Ruffato, que já havia demonstrado ser um mestre da história curta no excelente Flores Artificiais, formam uma espécie de painel do "Brasil profundo", a gigantesca classe média pobre que luta para sobreviver, espremida em todo canto do país entre os sonhos e a violência.*
8. *Em toda frase, sente-se o ouvido afinado da linguagem coloquial que transborda nossa cultura pelo arcaísmo de signos singelos: "Mas eu não queria ser torneiro-mecânico, queria mesmo era ser bancário, que nem o marido da minha professora, dona Aurora".*
9. *O atávico país rural, com o seu inesgotável atraso, explode em todos os poros da cidade moderna.*
10. *Já nos dez contos de Reserva Natural, de Rodrigo Lacerda, que se estruturam classicamente como "intrigas", na melhor herança machadiana, o mesmo Brasil se desdobra em planos individuais; e o signo forte de "reserva natural" perde seu limite geográfico para ganhar a tensão da condição humana.*
11. *Como diz o narrador do conto "Sempre assim", "é tudo uma engrenagem muito maior".*

(Adaptado de: TEZZA, Cristovão Disponível em: www1.folha.uol.com.br)

1. Considere as afirmações abaixo.

- I. Identifica-se noção de finalidade na oração que inicia o 3º parágrafo.
- II. No 10º parágrafo, o autor, ao avaliar os contos do escritor Rodrigo Lacerda, aponta para o fato de que, embora representem com maestria certas questões estritamente nacionais, furtam-se a abordar questões universais, concernentes à condição humana.
- III. Depreende-se do texto que o conto, gênero instaurado no país pelo escritor Machado de Assis, é mais fácil de ser elaborado do que o romance devido à sua curta extensão.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) II.
- (E) I e II.



2. Ao se transpor a frase *Nunca me senti tão só, querida, como na tua companhia* (3º parágrafo) para o discurso indireto, o trecho sublinhado assumirá a seguinte forma:
- (A) se sentiria
 - (B) sentiu-se
 - (C) se sentira
 - (D) estaria sentindo-me
 - (E) estava se sentindo
-
3. Considerando-se o contexto, está correto o que se afirma em:
- (A) Os termos sublinhados em *que quebram qualquer preconceito eventual que se tenha contra o gênero* (6º parágrafo) constituem, respectivamente, um pronome e uma conjunção que introduz oração com função de predicativo.
 - (B) Eliminando-se o verbo “tentar” da frase *Já se tentou explicar em fórmulas narrativas a diferença entre um conto, uma novela e um romance...*, sem que nenhuma outra modificação seja feita, o verbo “explicar” deve assumir a seguinte forma: explicaram.
 - (C) No segmento *Desde Machado de Assis, que colocou o gênero entre nós num patamar muito alto...*, o pronome “que” pode ser substituído por “onde”.
 - (D) Uma redação alternativa gramaticalmente correta para a frase *Temos aí dois personagens, um diálogo implícito e uma intriga tensa...*, na qual se eliminam traços de informalidade, é: Na obra, apresenta-se dois personagens, um diálogo implícito e uma intriga tensa...
 - (E) Sem prejuízo do sentido original, a expressão “que nem”, no segmento *que nem o marido da minha professora* (8º parágrafo), pode ser substituída por “como”.
-
4. O segmento sublinhado em *Para mim, é mais fácil escrever um romance de 200 páginas...* (1º parágrafo) exerce a mesma função sintática do segmento sublinhado em:
- (A) ... o leitor, que não precisa de teoria, sabe exatamente...
 - (B) ... acabo de ler dois ótimos livros de contos...
 - (C) O atávico país rural (...) explode em todos os poros da cidade moderna.
 - (D) ... “é tudo uma engrenagem muito maior”.
 - (E) Essa é uma questão comercial...
-
5. Ao se modificar a pontuação do texto, a frase que permanece correta, mantendo-se, em linhas gerais, o sentido original, está em:
- (A) Os contos [...] formam uma espécie de painel do “Brasil profundo”; a gigantesca classe média pobre que, luta para sobreviver, espremida em todo canto do país, entre os sonhos e a violência.
 - (B) ... por ser um gênero curto, o conto é: também, por parecer fácil, uma perigosa porta aberta, em que cabe tudo, de cambulhada.
 - (C) Desde Machado de Assis, que colocou o gênero entre nós num patamar muito alto, já no seu primeiro instante a aparente facilidade do conto, vem destroçando vocações.
 - (D) Já se tentou explicar, em fórmulas narrativas, a diferença entre um conto, uma novela e um romance...
 - (E) O atávico, país rural, com o seu inesgotável atraso explode, em todos os poros, da cidade moderna.
-
6. Está gramaticalmente correta a redação do seguinte comentário:
- (A) Tezza, autor que confessa ter inveja dos bons contistas, consideram romances de 200 páginas mais fáceis de serem escritos do que um conto de duas.
 - (B) Por se deixarem influenciar pela ideia de que os leitores não apreciam tal gênero, vê-se editores que não se interessam em publicar contos.
 - (C) O critério do tamanho prossegue invencível para o leitor que, alheio à fórmulas narrativas, sabe se tratar de um conto a obra de breve leitura.
 - (D) De apenas uma frase, o conto de Dalton Trevisan, foi arbitrariamente escolhido por Tezza como ponto de partida para determinar certas características que um conto deveria apresentar.
 - (E) Após a publicação de *Flores Artificiais*, Luiz Ruffato consagrou-se como um notável autor de contos, fenômeno que se repetiu com o lançamento de *A Cidade Dorme*.



Atenção: Leia a fábula “O leão, a raposa e a corça”, do escritor grego Esopo, para responder às questões de números 7 a 12.

Um leão, que jazia doente em uma caverna, disse à estimada raposa, com quem mantinha convívio: “Se você me quer vivo e saudável, ludibrie com palavras a maior corça que vive na floresta, faça com que ela venha às minhas mãos, pois ela tem um coração e entranhas que despertam o meu apetite”. A raposa se foi e, ao encontrar a corça a saltitar na floresta, saudou-a efusivamente e, em seguida, lhe disse: “Vim trazer boas novas! Você sabe que o leão, nosso rei, é meu vizinho. Ele está doente, moribundo, e se pôs a considerar sobre qual dos animais iria sucedê-lo. O javali é sem juízo”, afirmava ele, “o urso, balofo, a pantera, ranzinza, o tigre, fanfarrão. A corça é a mais digna da realeza, porque tem porte altivo, vida longa e um chifre que intimida as serpentes. Bom, mais delongas para quê? Por decisão dele, você assumirá o reinado! E eu, que recompensa vou ganhar por ter-lhe dado essa notícia em primeira mão? Vamos, prometa-me alguma coisa. Estou com pressa, não vá ele sentir a minha falta! Ele me tem como conselheira para tudo. Se você quer ouvir a mim, sou velha, meu conselho é que você venha também e aguarde junto do moribundo”. Assim disse a raposa. Com essas palavras, a corça ficou toda cheia de si e foi à caverna, ignorando o que ia acontecer.

O leão, então, lançou impetuoso suas garras sobre ela, dilacerando-lhe somente as orelhas, pois a corça tratou de fugir rapidamente para a floresta. Enquanto a raposa dava murros porque havia feito esforços em vão, o leão gemia, entre fortes rugidos, pois a fome e o desgosto o dominavam. Então ele suplicou à raposa que fizesse uma segunda tentativa para trazer a corça novamente, por meio de um ardil. “A tarefa que você me atribuiu é difícil e penosa. Contudo, vou lhe dar esse apoio”, disse a raposa. Assim, como um cão farejador, saiu à procura da corça e foi tramando trapaças rumo à floresta, seguindo a indicação de uns pastores, a quem ela perguntou se tinham visto uma corça sangrando.

A raposa a encontrou esbaforida e parou diante dela com a maior cara de pau. Indignada, a corça arrepiou o pelo e disse: “Nunca mais você me pega, sua peste! E se chegar perto de mim, não sairá viva! Vá raposinhar com outros, inexperientes, estimulando-os a se tornarem reis!” A raposa rebateu: “Você é tão frágil e covarde assim, que desconfia de nós, seus amigos? O leão, quando agarrou sua orelha, ia dar conselhos e recomendações a respeito desse cargo tão importante, porque ele está morrendo! E você não tolerou nem mesmo um arranhão da pata de um enfermo! Agora a indignação dele é muito maior que a sua, e ele pretende tornar rei o lobo. Ai de mim, um senhor malvado! Mas venha, não se deixe sugestionar por nada, comporte-se como um cordeiro. Juro por todas as folhas e fontes que não sofrerá nenhum mal da parte do leão. Quanto a mim, quero apenas o seu bem”.

Com tais ludíbrios, a raposa convenceu a medrosa a acompanhá-la uma segunda vez. E quando a corça adentrou a caverna, o leão agarrou a sua janta e se pôs a comer os ossos todos, o tutano e as entranhas. A raposa ficou parada, observando. Nisso cai o coração da corça e a raposa sorrateiramente o apanha e devora, como prêmio de seu empenho. E quando percebeu que o leão farejava todas as partes mas não achava o coração, ela, postada à distância, lhe disse: “A bem da verdade, essa fulana aí não tinha coração. Não adianta procurar! Que espécie de coração teria ela, que veio ter por duas vezes à morada e às mãos de um leão?”

(Esopo. **Fábulas completas**. Tradução de Maria Celeste Dezotti. São Paulo: Cosac Naify, 2013, p. 309-311.)

7. Depreende-se da leitura da fábula a seguinte moral:

- (A) *Aqueles que costuram maquinações contra os vizinhos são eles próprios os primeiros a cair em desgraça.*
- (B) *O amor pelas honrarias turva a mente das pessoas, levando-as a subestimarem as consequências dos perigos.*
- (C) *Aqueles que se fiam no próximo sem mais nem menos aceitam abrir mão de seus privilégios específicos e, depois, se tornam presas fáceis daqueles que anteriormente os temiam.*
- (D) *Aqueles que gostam de lutar contra superiores tornam-se vítimas do fracasso e também de zombarias.*
- (E) *Uma pessoa que se entrega à cobiça e comete injustiça contra os mais fracos, quando menos espera, lança-se contra um mais forte e, então, pagará também os males que praticou anteriormente.*

8. Ao se transpor para o discurso direto o trecho *ela perguntou se tinham visto uma corça sangrando*, a locução verbal “tinha visto” assume a seguinte forma:

- (A) viram.
- (B) veem.
- (C) veriam.
- (D) viam.
- (E) vissem.



9. A raposa **a** encontrou esbaforida e parou diante dela com **a** maior cara de pau. Indignada, a corça arrepiou o pelo e disse: “Nunca mais você me pega, sua peste! E se chegar perto de mim, não sairá viva! Vá raposinhar com outros, inexperientes, estimulando-**os a** se tornarem reis!” (3º parágrafo)

No trecho transcrito, os termos destacados constituem, respectivamente,

- (A) pronome – pronome – artigo e artigo.
- (B) artigo – artigo – pronome e artigo.
- (C) pronome – artigo – pronome e preposição.
- (D) preposição – artigo – pronome e preposição.
- (E) artigo – pronome – artigo e preposição.

10. Verifica-se o emprego de vírgula para indicar elipse do verbo no seguinte trecho:

- (A) “O javali é sem juízo”, afirmava ele, “o urso, balofo”...
- (B) Com essas palavras, a corça ficou toda cheia de si e foi à caverna, ignorando o que ia acontecer.
- (C) Você sabe que o leão, nosso rei, é meu vizinho.
- (D) “Contudo, vou lhe dar esse apoio”, disse a raposa.
- (E) Mas venha, não se deixe suggestionar por nada, comporte-se como um cordeiro.

11. A forma verbal destacada deve sua flexão ao termo sublinhado em:

- (A) A corça é a mais digna da realeza, porque tem porte altivo, vida longa e um chifre que **intimida** as serpentes (1º parágrafo).
- (B) Um leão, que jazia doente em uma caverna, disse à estimada raposa, com quem **mantinha** convívio (1º parágrafo).
- (C) A raposa se foi e, ao encontrar a corça a saltitar na floresta, **saudou-a** efusivamente (1º parágrafo).
- (D) Enquanto a raposa dava murros porque **havia feito** esforços em vão, o leão gemia (2º parágrafo).
- (E) Assim, como um cão farejador, saiu à procura da corça e **foi tramando** trapaças rumo à floresta (2º parágrafo).

12. Verifica-se o emprego de verbo no modo imperativo no seguinte trecho:

- (A) Então ele suplicou à raposa que fizesse uma segunda tentativa para trazer a corça novamente...
- (B) Vim trazer boas novas!
- (C) Por decisão dele, você assumirá o reinado!
- (D) E se chegar perto de mim, não sairá viva!
- (E) Se você me quer vivo e saudável, ludibrie com palavras a maior corça que vive na floresta...

Atenção: Leia o texto abaixo para responder às questões de números 13 a 15.

É enorme a quantidade de empregos que será eliminada a partir da automatização dos serviços. As empresas se automatizam cada vez mais, com softwares poderosos e inteligência artificial, de modo que se expandem empregando número menor de trabalhadores. É o que os americanos chamam de jobless growth (crescimento sem empregos).

Diante desse cenário, como a humanidade vai reagir? Rebeliões contra a mecanização dos processos produtivos não são inéditas. No século XIX, na Inglaterra, os ludistas destruíram teares em sua revolta contra a substituição da mão de obra humana pelas máquinas.

A tecnologia, contudo, sempre venceu.

Hoje, uma empresa ou país que resolver frear o desenvolvimento tecnológico para evitar uma catástrofe – tanto quanto para evitar a extinção de postos de trabalho – acabará perdendo competitividade nacional e internacional.

Por conseguinte, essa empresa ou esse país se verá às voltas com o desemprego (fruto da diminuição da fatia de mercado decorrente da menor competitividade) e não terá interrompido a escalada tecnológica de outras empresas ou de outros países. Apesar dessa questão suscitar tantos aspectos assustadores, o que há de pior para um país é não discutir o assunto.

(Adaptado de: FELDMANN, Paulo. Seu emprego vai para um robô. **Folha de São Paulo**, Ilustríssima.)

13. Identifica-se noção de finalidade no segmento que se encontra em:

- (A) Apesar dessa questão suscitar tantos aspectos assustadores...
- (B) ...para evitar a extinção de postos de trabalho...
- (C) A tecnologia, contudo, sempre venceu.
- (D) Por conseguinte, essa empresa ou esse país se verá às voltas com o desemprego...
- (E) ...o que há de pior para um país é não discutir o assunto.



14. As empresas se automatizam cada vez mais, com softwares poderosos e inteligência artificial, de modo que se expandem empregando número menor de trabalhadores. (1º parágrafo)

Mantendo-se as relações de sentido e a correção, uma nova redação para a frase acima está em:

- (A) À medida em que se automatizam cada vez mais, com *softwares* poderosos e inteligência artificial, as empresas cujo número de trabalhadores empregados é cada vez menor se expandem.
- (B) Por meio de *softwares* poderosos e inteligência artificial, as empresas se automatizam cada vez mais; por conseguinte, contratam-se um número menor de trabalhadores para que as empresas se expandam.
- (C) Embora cada vez mais empresas se automatizam, usando *softwares* poderosos e inteligência artificial, as quais se expandem por empregar um número muito menor de trabalhadores.
- (D) A fim de se automatizarem, cada vez mais, com o uso de *softwares* poderosos e inteligência artificial, as empresas expandem o número de trabalhadores empregados.
- (E) Como estão cada vez mais automatizadas, com *softwares* poderosos e inteligência artificial, ainda que empregando um número muito menor de trabalhadores, as empresas se expandem.

15. Identifica-se o uso correto da voz passiva na frase adaptada do texto que se encontra em:

- (A) Será eliminado, com o uso da tecnologia e a automatização dos serviços, grande parte dos empregos.
- (B) Apesar de suscitado por essa questão tantos aspectos assustadores, é pior não discutir o assunto.
- (C) Ao longo da história, já se registrou rebeliões contra a mecanização dos processos produtivos, as quais não são, portanto, inéditas.
- (D) Na Inglaterra, durante a revolta contra a substituição da mão de obra humana pelas máquinas, teares foram destruídos pelos ludistas.
- (E) É chamado de *jobless growth*, pelos americanos, as empresas cujo crescimento se dá sem a correspondente geração de empregos.

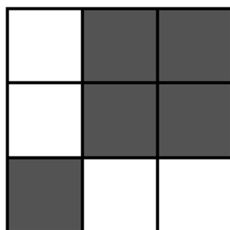
Raciocínio Lógico-matemático

16. O total de calças produzidas por uma confecção passou de 375 no 1º trimestre de 2018 para 435 no trimestre seguinte. De um trimestre para o outro, o quadro de funcionários aumentou de acordo com a mesma porcentagem do aumento da produção de calças. Se, no 2º trimestre de 2018, havia 58 funcionários trabalhando nessa confecção, então, no 1º trimestre de 2018, a quantidade de funcionários era igual a

- (A) 48.
- (B) 50.
- (C) 40.
- (D) 54.
- (E) 42.

17. Em um tabuleiro 3×3 , todas as nove peças quadradas têm uma face branca e outra face preta. Essas peças são placas móveis que giram em torno de um eixo, exibindo ora a face branca, ora a face preta. O objetivo de um jogo que usa esse tabuleiro é, a partir de uma dada configuração inicial, fazer com que todas as peças quadradas exibam sua face branca. Para isso, as únicas operações possíveis, a cada jogada, são:

- girar todas as peças de uma mesma linha, trocando a cor de cada uma ou
- girar todas as peças de uma mesma coluna, trocando a cor de cada uma.



Para a configuração inicial do tabuleiro dada acima, respeitando as regras, a quantidade mínima de jogadas que permite atingir o objetivo do jogo é igual a

- (A) 2.
- (B) 4.
- (C) 3.
- (D) 6.
- (E) 5.



18. Uma senha foi formada com três algarismos distintos, que foram escolhidos dentre os números inteiros de 1 a 6 e colocados em ordem crescente. Sabe-se que a soma do primeiro com o terceiro algarismo é igual a 7. Nessas condições, se o segundo algarismo da senha for
- (A) 3, então o primeiro é necessariamente 1.
 - (B) 4, então o terceiro é necessariamente 6.
 - (C) 3, então o terceiro pode ser 4 ou 5.
 - (D) 5, então o primeiro é necessariamente 1.
 - (E) 4, então o primeiro pode ser 2 ou 3.
-
19. Em uma empresa, 16% dos funcionários são estrangeiros e os outros são brasileiros. Dentre os brasileiros, $\frac{2}{3}$ nasceram no Distrito Federal, $\frac{1}{12}$ veio de São Paulo e o restante é originário de estados da região Nordeste do Brasil. Em relação ao total de funcionários da empresa, aqueles que vieram de estados nordestinos representam
- (A) 21%.
 - (B) 20%.
 - (C) 24%.
 - (D) 25%.
 - (E) 28%.
-
20. Miguel, Otávio e Pedro foram convocados para realizar um trabalho emergencial. Para recompensá-los posteriormente, decide-se dividir uma quantia em reais entre os 3 em partes diretamente proporcionais ao tempo dedicado de cada um para realizar o trabalho e inversamente proporcionais às respectivas idades. Sabe-se que Miguel dedicou 4 horas para o trabalho e sua idade é igual a 30 anos, Otávio dedicou 8 horas e sua idade é igual a 40 anos e Pedro dedicou 15 horas e sua idade é igual a 60 anos. Se a menor parte correspondente a esta divisão foi de R\$ 4.800,00, então a maior parte foi igual a
- (A) R\$ 9.000,00.
 - (B) R\$ 6.000,00.
 - (C) R\$ 12.000,00.
 - (D) R\$ 8.400,00.
 - (E) R\$ 7.200,00.
-
21. Suponha que todos os funcionários de uma repartição pública escalados para realizar uma tarefa apresentam desempenhos iguais e constantes. Em 12 dias, 15 funcionários conseguiram fazer 75% da tarefa. Para terminar o restante da tarefa em 3 dias, o número de funcionários que deverá ser utilizado a partir do 13º dia é de
- (A) 24.
 - (B) 18.
 - (C) 20.
 - (D) 15.
 - (E) 21.



22. Sabe-se que 55% dos empregados de uma empresa são do sexo masculino e 45% são do sexo feminino. Verificou-se que 71% do total dos empregados são a favor da implantação de um projeto e que 40% dos empregados do sexo feminino são contra. A porcentagem dos empregados do sexo masculino que são a favor do projeto é igual a
- (A) 88%.
 - (B) 44%.
 - (C) 80%.
 - (D) 72,5%.
 - (E) 66%.
-
23. Em uma escola com 150 alunos, são oferecidos cursos de Inglês e Francês. Conforme um levantamento, 15 alunos desta escola não estão frequentando estes cursos e 90 frequentam o curso de Inglês. Se 72 alunos frequentam o curso de Francês, então o número de alunos que frequenta um e somente um dos cursos é igual a
- (A) 144.
 - (B) 138.
 - (C) 132.
 - (D) 108.
 - (E) 126.
-
24. Abel, Benedito e Carlos, candidatos a um emprego, participam de um teste avaliado por nota. Verificou-se que os resultados não apresentaram empates. Considere as seguintes afirmações:
- I. Abel obteve a maior nota.
 - II. Benedito obteve a menor nota.
 - III. Carlos obteve uma nota superior à de Benedito.
- Se uma das informações acima é falsa e as outras verdadeiras, então a ordem de classificação dos candidatos da maior nota para a menor é
- (A) Abel, Carlos e Benedito.
 - (B) Benedito, Carlos e Abel.
 - (C) Benedito, Abel e Carlos.
 - (D) Carlos, Benedito e Abel.
 - (E) Carlos, Abel e Benedito.
-
25. Considere a proposição: "Se um candidato estudar adequadamente, então ele passará em um concurso". Portanto, com base nesta proposição, é correto afirmar:
- (A) Todos os candidatos que não estudam adequadamente não passam em um concurso.
 - (B) Todos os candidatos que estudam adequadamente passam em um concurso.
 - (C) Havendo candidatos que passam em um concurso, certamente estudam adequadamente.
 - (D) É possível que existam candidatos que estudam adequadamente e não passam em um concurso.
 - (E) A maior parte dos candidatos que passam em um concurso estudam adequadamente.

**Realidade do Distrito Federal**

26. Entre os paralelos 15° e 20° havia um leito muito extenso, que partia de um ponto onde se formava um lago. Então, uma voz disse repetidamente: *"Quando escavarem as minas escondidas no meio destes montes, aparecerá aqui a grande civilização, a terra prometida, onde jorrará leite e mel. Será uma riqueza inconcebível..."*

Tais palavras, que prenunciavam a instalação da nova capital brasileira no Planalto Central, foram proferidas por

- (A) Hipólito José da Costa.
- (B) José Bonifácio de Andrada e Silva.
- (C) Luís Cruls.
- (D) Dom Bosco.
- (E) Francisco Adolfo de Varnhagen.

27. Sem dispor dos mesmos elementos de infraestrutura de Brasília, as regiões administrativas que se formaram nos arredores da capital federal, sem planejamento, são conhecidas como

- (A) cidades-satélites.
- (B) comunidades.
- (C) favelas.
- (D) cidades-dormitórios.
- (E) arrabaldes.

28. A fim de delimitar a zona da futura capital do Brasil, a Comissão Exploradora do Planalto Central, chefiada por Luiz Cruls (1892), adotou o critério

- (A) orográfico, baseado na conformação do relevo.
- (B) do quadrilátero, inspirado na prática estadunidense.
- (C) hidrográfico, que segue o curso dos principais rios.
- (D) da divisão judiciária das comarcas e seus termos.
- (E) político-administrativo, priorizando as zonas mais densamente povoadas.

29. Na definição de Mário de Andrade, *Ermos e gerais*, lançado em 1944, era a reverberação da oralidade e das paisagens goianas, hoje abrangidas pelo Distrito Federal. Referia-se ao livro de estreia de

- (A) Herberto Sales.
- (B) Bernardo Élis.
- (C) Lustosa da Costa.
- (D) Carlos Chagas.
- (E) H. Dobal.

30. O Complexo Penitenciário da Papuda, no Distrito Federal, tem seu nome ligado

- (A) aos poderes de cura de determinada planta nativa.
- (B) a uma ave típica do bioma Cerrado.
- (C) a um grupo indígena de origem tupi.
- (D) ao bócio endêmico observado na região.
- (E) à flor comestível de arbusto similar ao loureiro.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional, da Lei Orgânica do Distrito Federal e de Processo Legislativo**

31. Alfredo, brasileiro, com 35 anos e em pleno vigor físico e mental, invocou motivo de crença religiosa para se eximir de determinada obrigação legal a todos imposta. Nesse caso, de acordo com a Constituição Federal, Alfredo
- (A) não será privado de direitos, ainda que se recuse a cumprir prestação alternativa, fixada em lei, mas deverá cumprir pena de prestação social à comunidade.
 - (B) não será privado de direitos, ainda que se recuse a cumprir prestação alternativa, fixada em lei, pois é inviolável a liberdade de religião no Brasil.
 - (C) será desde logo privado de direitos, uma vez que não é admissível invocar motivo de crença religiosa para o fim de se eximir de obrigação estabelecida em lei.
 - (D) não será privado de direitos, salvo se ele se recusar a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
 - (E) será desde logo privado de direitos, não lhe sendo dado cumprir prestação alternativa, admitida apenas para os casos de escusa fundada em motivo de convicção filosófica ou política.
-
32. De acordo com a Constituição Federal, os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, desde que cumpridos os requisitos nela estabelecidos. Já com relação aos Municípios, dispõe, a mesma Constituição, que a criação, incorporação, fusão e o desmembramento far-se-ão por lei
- (A) municipal, dentro do período determinado por Lei Complementar Estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, não sendo necessária a realização de qualquer estudo prévio.
 - (B) estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
 - (C) estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, a toda população do Estado respectivo, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
 - (D) municipal, dentro do período determinado por Lei Complementar Estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, a toda população do Estado respectivo, não sendo necessária a realização de qualquer estudo prévio.
 - (E) estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, independentemente de consulta prévia à população, sendo necessária apenas prévia divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
-
33. Cristóvão é Governador do Distrito Federal, sendo Nara a Vice-Governadora. Os dois pretendem, embora em épocas diferentes, ausentar-se do Distrito Federal por 20 dias consecutivos. Nesse caso hipotético, de acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal,
- (A) competirá, privativamente, ao Senado Federal autorizar a ausência tanto de Cristóvão quanto de Nara.
 - (B) não haverá necessidade de qualquer autorização para que Cristóvão e Nara se ausentem do Distrito Federal por esse período.
 - (C) competirá à Câmara Legislativa do Distrito Federal autorizar a ausência tanto de Cristóvão quanto de Nara, sendo necessária a sanção do Governador no caso da ausência de Nara.
 - (D) competirá, privativamente, à Câmara Legislativa do Distrito Federal autorizar a ausência de Nara, não sendo necessária qualquer autorização para a ausência de Cristóvão.
 - (E) competirá, privativamente, à Câmara Legislativa do Distrito Federal autorizar a ausência tanto de Cristóvão quanto de Nara.
-
34. Considere, hipoteticamente, que Clodoaldo seja filho do atual Presidente da República, cujo término do mandato ocorrerá em 31/12/2018, não sendo possível sua reeleição. De acordo com a Lei Federal nº 12.527/2011, que regula o acesso a informações no âmbito nacional, as informações que possam colocar em risco a segurança de Clodoaldo serão classificadas como
- (A) reservadas e ficarão sob sigilo até o dia 31/12/2018.
 - (B) reservadas e ficarão sob sigilo por 5 anos, não importando a data de término do mandato do Presidente.
 - (C) secretas e ficarão sob sigilo até o dia 31/12/2018.
 - (D) secretas e ficarão sob sigilo por 5 anos, não importando a data de término do mandato do Presidente.
 - (E) ultrassecretas e ficarão sob sigilo até o dia 31/12/2018.



35. De acordo com a Lei Distrital nº 4.990/2012, que regula o acesso a informações no Distrito Federal, e para seus efeitos, os conceitos de primariedade, informação pessoal e informação sigilosa representam, respectivamente, a qualidade da informação
- (A) que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema; unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou o formato; e aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.
 - (B) que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema; aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável; e aquela submetida permanentemente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.
 - (C) coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, com ou sem modificações; aquela relacionada à pessoa natural, desde que imediatamente identificada; e aquela submetida permanentemente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade exclusivamente para a segurança do Estado.
 - (D) não modificada, inclusive quanto à origem, ao trânsito e ao destino; qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema; e aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.
 - (E) coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações; aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável; e aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.
36. Suponha que o Governador do Distrito Federal vete o texto integral de um projeto de lei complementar aprovado pela Câmara Legislativa. De acordo com a Lei Complementar Distrital nº 13/1996, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis do Distrito Federal, referido veto
- (A) e suas razões devem ser encaminhados à Câmara Legislativa no prazo legal, que poderá rejeitar apenas totalmente o veto total.
 - (B) e suas razões devem ser encaminhados à Câmara Legislativa no prazo legal, que apenas poderá rejeitar parcialmente o veto total.
 - (C) e suas razões devem ser encaminhados à Câmara Legislativa no prazo legal, que poderá rejeitar, total ou parcialmente, o veto total.
 - (D) e suas razões devem ser encaminhados à Câmara Legislativa em 24 horas, o que, não observado, será tido como veto tácito.
 - (E) deve ser encaminhado à Câmara Legislativa, sem a necessidade da apresentação de suas razões, no prazo legal, que poderá rejeitar apenas parcialmente o veto total.
37. De acordo com o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal (Resolução nº 218/2005, instituído pela Resolução nº 167/2000), o Suplente de Deputado Distrital convocado em caráter de substituição temporária
- (A) poderá ser escolhido para os cargos da Mesa Diretora ou de Suplente de Secretário, podendo concorrer para Presidente ou Vice-Presidente de comissão permanente, mas não de comissão temporária.
 - (B) poderá ser escolhido para os cargos da Mesa Diretora ou de Suplente de Secretário, podendo, também, concorrer para Presidente ou Vice-Presidente de comissão permanente ou temporária.
 - (C) poderá ser escolhido para os cargos da Mesa Diretora ou de Suplente de Secretário, não podendo, porém, concorrer para Presidente ou Vice-Presidente de comissão permanente ou temporária.
 - (D) não poderá ser escolhido para os cargos da Mesa Diretora ou de Suplente de Secretário, podendo, no entanto, concorrer para Presidente ou Vice-Presidente de comissão permanente ou temporária.
 - (E) não poderá ser escolhido para os cargos da Mesa Diretora ou de Suplente de Secretário, podendo, no entanto, concorrer para Presidente ou Vice-Presidente de comissão temporária, mas não de comissão permanente.
38. Considere:
- I. Indicar à Mesa Diretora os membros da bancada para comporem comissões de qualquer natureza e, a qualquer tempo, substituí-los.
 - II. Substituir o Presidente da Câmara Legislativa em até 3 faltas e impedimentos.
 - III. Suceder o Presidente da Câmara Legislativa, apenas no caso de vacância por motivo de doença, até realizarem-se novas eleições.
 - IV. Tomar parte nas reuniões do Colégio de Líderes.
- De acordo com o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, são prerrogativas do Líder, que é o Deputado Distrital escolhido por seus pares para falar em nome da bancada de seu partido ou bloco parlamentar, além de outras atribuições regimentais, o que se afirma APENAS em
- (A) I e IV.
 - (B) I e II.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I, III e IV.
 - (E) II e III.



39. Com relação à vigência das Leis, de acordo com a Lei Complementar Distrital nº 13/1996, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis do Distrito Federal,
- (A) a lei que instituir ou aumentar contribuição social dos servidores públicos do Distrito Federal somente entra em vigor 15 dias depois de publicada.
 - (B) salvo disposição em contrário, a lei começa a vigorar em todo o Distrito Federal 20 dias após sua publicação.
 - (C) recebe a denominação de cláusula de vigência o dispositivo que disciplina a data de entrada em vigor da lei.
 - (D) é vedado o efeito retroativo da lei que versar sobre orçamento anual e sobre aumento ou reajuste da remuneração dos servidores públicos do Distrito Federal.
 - (E) o prazo dado por lei para início de sua vigência é contínuo e só se interrompe em virtude de lei posterior, excluindo-se, no cômputo do prazo, o dia da publicação.
-
40. De acordo com a Constituição Federal, a soberania popular é exercida, nos termos da lei, por meio de instrumentos como
- (A) o plebiscito, o referendo, a iniciativa popular e o voto direto e aberto.
 - (B) a iniciativa popular e o voto indireto e secreto.
 - (C) o sufrágio universal e o voto indireto e secreto.
 - (D) a iniciativa popular, o referendo e o voto indireto e aberto.
 - (E) o plebiscito e o referendo.
-
41. De acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal, os Secretários de Estado
- (A) serão escolhidos, obrigatoriamente, dentre brasileiros natos, maiores de 18 anos, no exercício dos direitos políticos.
 - (B) têm competência para expedição de instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos.
 - (C) têm competência para delegar a seus subordinados, por ato expresso ou tácito, atribuições previstas na legislação.
 - (D) poderão comparecer à Câmara Legislativa do Distrito Federal apenas por convocação expressa, para expor assunto relevante de sua secretaria.
 - (E) estão proibidos de exercer a coordenação, em qualquer área, dos órgãos da Administração do Distrito Federal, embora possam orientá-los, no âmbito da sua competência.
-
42. Considere as situações hipotéticas abaixo.
- Arnold é brasileiro naturalizado, residente no Brasil e, antes de sua naturalização, praticou crime comum no seu país de origem.
 - Dimitri é estrangeiro e encontra-se, atualmente, no Brasil, tendo cometido crime político em seu país de origem.
 - Frida é estrangeira e encontra-se, atualmente, no Brasil, tendo cometido crime de opinião em seu país de origem.
 - José é brasileiro nato, residente no País, tendo cometido crime no exterior durante viagem de férias, da qual já retornou.
- Levando-se em consideração somente as informações aqui fornecidas, de acordo com a Constituição Federal, é cabível a extradição APENAS de
- (A) Arnold e José.
 - (B) Dimitri e Frida.
 - (C) Arnold e Frida.
 - (D) Arnold.
 - (E) Dimitri e José.
-

Noções de Direito Administrativo

43. Danilo exerce cargo de agente público da Administração direta federal transitoriamente e sem remuneração. Em razão desse cargo, utilizou, em serviço particular, veículo de propriedade de empresa incorporada ao patrimônio público. Diante dessa situação, em conformidade com a Lei Federal nº 8.429/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato e dá outras providências, o ato praticado por Danilo
- (A) constitui improbidade administrativa, não importando enriquecimento ilícito, já que não auferiu a ele vantagem patrimonial.
 - (B) não constitui improbidade administrativa, pois exerce o cargo de agente público transitoriamente.
 - (C) não constitui improbidade administrativa, pois exerce o cargo de agente público sem remuneração.
 - (D) não constitui improbidade administrativa, pois não auferiu a ele vantagem patrimonial.
 - (E) constitui improbidade administrativa, importando enriquecimento ilícito.
-



44. No decorrer da execução da construção de um edifício contratada pela Administração, viu-se a necessidade justificada de modificação do valor contratual em decorrência de diminuição quantitativa de seu objeto. Nesse caso, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, o contratado fica obrigado a aceitar tais supressões, nas mesmas condições contratuais, até
- (A) 25% do valor atualizado do contrato, não podendo exceder esse limite, salvo se resultantes de acordo celebrado entre as partes, ressaltando-se que, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.
 - (B) 50% do valor atualizado do contrato, não podendo exceder esse limite, salvo se resultantes de acordo celebrado entre as partes, ressaltando-se que, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelo valor de mercado regularmente comprovado, vedado qualquer tipo de indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, ainda que regularmente comprovados.
 - (C) 50% do valor atualizado do contrato, não podendo exceder esse limite, mesmo que haja acordo entre os contratantes, acordo este que seria abusivo, uma vez que infringiria legislação pátria, ressaltando-se que, se o contratado já houver adquirido os materiais, independentemente de encontrarem-se no local da obra, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.
 - (D) 25% do valor atualizado do contrato, não podendo exceder esse limite, mesmo que haja acordo entre os contratantes, acordo este que seria abusivo, uma vez que infringiria legislação pátria, ressaltando-se que se o contratado já houver adquirido os materiais, independentemente de encontrarem-se no local da obra, estes deverão ser pagos pela Administração pelo valor de mercado regularmente comprovado, vedado qualquer tipo de indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.
 - (E) 50% do valor atualizado do contrato, apenas se houver previsão expressa no instrumento, não podendo exceder esse limite, mesmo que haja acordo entre os contratantes, acordo este que seria abusivo, uma vez que infringiria legislação pátria, ressaltando-se que, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelo valor de mercado regularmente comprovado, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.
45. Vivian é uma pessoa com deficiência física apta para trabalhar, desde que realizadas determinadas adaptações compatíveis com sua deficiência. Vivian realizou as provas de um concurso público para investidura em cargo no Distrito Federal. Em conformidade com a Lei Complementar Distrital nº 840/2011, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, a deficiência de Vivian e a compatibilidade para as atribuições do cargo são verificadas
- (A) por ocasião da sua inscrição, sendo que, se houver vaga reservada não preenchida, será revertida para provimento dos demais candidatos.
 - (B) por ocasião da posse, sendo que, se houver vaga reservada não preenchida, não poderá ser aproveitada pelos demais candidatos.
 - (C) antes da posse, sendo que, se houver vaga reservada não preenchida, será revertida para provimento dos demais candidatos.
 - (D) antes da posse, sendo que, se houver vaga reservada não preenchida, não poderá ser aproveitada pelos demais candidatos.
 - (E) por ocasião da inscrição, sendo que, se houver vaga reservada não preenchida, não poderá ser aproveitada pelos demais candidatos.
46. José, servidor titular de cargo efetivo do Poder Executivo do Distrito Federal, encontra-se licenciado. Dessa forma, em conformidade com a Lei Complementar Distrital nº 769/2008, que reorganiza e unifica o Regime Próprio da Previdência Social do Distrito Federal, José
- (A) não mantém a sua filiação ao Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal, se o seu afastamento do cargo se deu para o exercício de mandato eletivo.
 - (B) não mantém a sua filiação ao Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal durante a licença do cargo efetivo.
 - (C) permanece filiado ao Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal, na qualidade de segurado, desde que observados os prazos previstos em lei, independentemente de o tempo de licenciamento ser considerado como de efetivo exercício no cargo.
 - (D) perde a condição de segurado do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal.
 - (E) permanece filiado ao Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal, na qualidade de segurado, desde que observados os prazos previstos em lei e desde que o tempo de licenciamento seja considerado como de efetivo exercício no cargo.
47. Plínio, administrado que se encontra em condição de interessado em processo administrativo, deseja ver referido processo no qual consta como réu, bem como tirar cópia dos autos. Em conformidade com a Lei Federal nº 9.784/1999, que regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, Plínio
- (A) possui direito de ter vista dos autos, porém, para obter cópias de documentos neles contidos, faz-se obrigatória a assistência por advogado, já que para tal ato é sempre necessária a representação.
 - (B) possui direito de ter vista dos autos e de obter cópias de documentos neles contidos, fazendo-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.
 - (C) não pode ter vista dos autos, tampouco obter cópias de documentos nele contidos sem a assistência obrigatória de um advogado, já que para tais atos é sempre necessária a representação.
 - (D) possui direito de ter vista dos autos e de obter cópias de documentos neles contidos, fazendo-se assistir, facultativamente, por advogado, ressalvado o direito de conhecer as decisões proferidas, ato este que obriga sempre a assistência de um advogado, por meio de representação.
 - (E) possui direito de ter vista dos autos e de obter cópias de documentos neles contidos, fazendo-se assistir, facultativamente, por advogado, sem, contudo, poder formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, já que para tanto é sempre obrigatória a assistência de um advogado, por meio de representação.



48. Cinira, servidora pública, é casada com Rodolfo, que participou como perito no processo administrativo em que figura como parte Marinalda, que é casada com Bruno. Bruno bateu no carro de Cinira e, por essa razão, ela propôs uma ação em face dele requerendo indenização. Essa ação de indenização ainda não foi julgada pelo juiz de primeiro grau. Diante dessa situação, no processo em que figura como parte Marinalda, em conformidade com a Lei Federal nº 9.784/1999, que reorganiza e unifica o Regime Próprio da Previdência Social do Distrito Federal, que regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, Cinira
- (A) não é impedida de atuar, pois nem o fato de seu cônjuge Rodolfo ter participado como perito no processo administrativo, tampouco o fato de estar litigando judicialmente com Bruno são impeditivos para tal atuação.
 - (B) não é impedida de atuar pelo fato de estar litigando judicialmente com Bruno, porém o fato de seu cônjuge Rodolfo ter participado como perito no processo administrativo a impede de tal atuação.
 - (C) não é impedida de atuar pelo fato de seu cônjuge Rodolfo ter participado como perito no processo administrativo, porém o fato de estar litigando judicialmente com Bruno a impede de tal atuação.
 - (D) é impedida de atuar, pois seu cônjuge Rodolfo participou como perito no processo administrativo, bem como porque está litigando judicialmente com Bruno.
 - (E) é impedida de atuar, porque está litigando judicialmente com Bruno, não sendo relevante a participação de seu cônjuge Rodolfo como perito.
-
49. Donatello, autoridade competente, exigiu a prestação de garantia em um determinado contrato administrativo celebrado para contratação de obra pública. Em conformidade com a Lei nº 8.666/1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências,
- (A) caberá à Administração optar por uma das seguintes modalidades de garantia: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, desde que tal exigência esteja prevista no instrumento convocatório.
 - (B) caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, desde que tal exigência esteja prevista no instrumento convocatório.
 - (C) a garantia deverá ser dada obrigatoriamente por meio de caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, independentemente de tal exigência estar prevista no instrumento convocatório.
 - (D) a garantia deverá ser dada obrigatoriamente por meio de seguro-garantia, independentemente de tal exigência estar prevista no instrumento convocatório.
 - (E) a garantia deverá ser dada obrigatoriamente por meio de fiança bancária, independentemente de tal exigência estar prevista no instrumento convocatório.
-
50. Cláudio denunciou Roberto, agente público, por ato de improbidade. Ocorre que Cláudio sabia da inocência de Roberto, tendo-o denunciado apenas por diferenças pessoais. Em conformidade com a Lei Federal nº 8.429/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato e dá outras providências, o ato de Cláudio constitui
- (A) crime, estando sujeito apenas à sanção penal caracterizada pela detenção de 6 a 10 meses e multa, independentemente de eventuais danos que tenha causado a Roberto.
 - (B) contravenção penal, estando sujeito, além da sanção penal, a indenizar Roberto pelos danos materiais, morais ou à imagem que houver provocado.
 - (C) crime, estando sujeito, além da sanção penal, a indenizar Roberto pelos danos materiais, morais ou à imagem que houver provocado.
 - (D) contravenção penal, estando sujeito apenas a indenizar Roberto pelos danos materiais, morais ou à imagem que houver provocado.
 - (E) crime ou contravenção penal, dependendo do prejuízo que causar a Roberto, ficando sujeito apenas à sanção penal, independentemente de eventuais danos que tenha causado a Roberto.
-
51. Ana Maria é brasileira, tem 17 anos de idade e terminou o ensino médio. Não está quite com a justiça eleitoral, pois não votou na última eleição nem justificou sua ausência, tampouco pagou a pena de multa. Contudo, está em pleno gozo de seus direitos políticos. Ela pretende prestar concurso no Distrito Federal, que exige como grau mínimo de escolaridade o ensino médio e, para tal cargo, encontra-se apta física e mentalmente. Em conformidade com a Lei Complementar Distrital nº 840/2011, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, considerando apenas os requisitos básicos, Ana Maria
- (A) não poderia ser investida no cargo público, pois não atingiu a idade mínima de 18 anos, tampouco está quite com a justiça eleitoral.
 - (B) não poderia ser investida no cargo público, apenas porque não atingiu a idade mínima de 18 anos, ressaltando-se que, apesar de não estar quite com a justiça eleitoral, está em pleno gozo de seus direitos políticos.
 - (C) poderia ser investida no cargo público, pois atendeu a todas essas condições fundamentais, ressaltando-se que a idade mínima para investidura em cargo público é de 16 anos e que, apesar de não estar quite com a justiça eleitoral, está em pleno gozo de seus direitos políticos.
 - (D) não poderia ser investida no cargo público, apenas porque não está quite com a justiça eleitoral, ressaltando-se que a idade mínima para investidura em cargo público é de 16 anos.
 - (E) não poderia ser investida no cargo público, pois não atingiu a idade mínima de 21 anos, tampouco está quite com a justiça eleitoral.



52. Carolina e Pedro são pais de João de 16 anos de idade, que não é emancipado, e de Ivan de 30 anos de idade. Ivan casou-se com Aritana e dessa união adveio o filho Arthur de 5 anos de idade. Ivan é funcionário público em Brasília e beneficiário do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal. Em conformidade com a Lei Complementar Distrital nº 769/2008, que reorganiza e unifica o Regime Próprio da Previdência Social do Distrito Federal, são beneficiários do referido Regime, na condição de dependentes de Ivan,
- (A) Carolina, Pedro, João, Aritana e Arthur.
 - (B) Carolina, Pedro, Aritana e Arthur, apenas.
 - (C) Aritana e Arthur, apenas.
 - (D) Carolina, Pedro e Arthur, apenas.
 - (E) Arthur, apenas.

53. Com relação aos recursos administrativos, considere:

- I. O recurso administrativo tramitará no máximo por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.
- II. O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias, o encaminhará à autoridade superior.
- III. Salvo disposição legal específica, é de 10 dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.
- IV. Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.

Em conformidade com a Lei Federal nº 9.784/1999, que regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II e III, apenas.

54. Joana, segurada do Regime Próprio da Previdência Social do Distrito Federal, era ocupante de cargo público em atividade em Brasília quando sofreu acidente em serviço e foi considerada incapaz de readaptação para o desempenho das atribuições do cargo, de forma compatível com a limitação que a acometeu, tendo sido a ela concedida aposentadoria por invalidez. Em conformidade com a Lei Complementar Distrital nº 769/2008, que reorganiza e unifica o Regime Próprio da Previdência Social do Distrito Federal, referida aposentadoria deve ser paga a Joana, com base na legislação vigente,
- (A) a partir do momento em que foi verificada a condição de incapacidade mediante exame médico-pericial do órgão competente, sendo seus proventos integrais.
 - (B) a partir da data da publicação do respectivo ato, sendo seus proventos integrais.
 - (C) a partir da data da publicação do respectivo ato, sendo seus proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
 - (D) a partir do momento em que foi verificada a condição de incapacidade mediante exame médico-pericial do órgão competente, sendo seus proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
 - (E) nos primeiros 15 dias consecutivos ao seu afastamento pelo Tesouro do Distrito Federal, sendo seus proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Noções de Administração

55. Entre os diferentes tipos de estruturas organizacionais abordados pela literatura, a denominada estrutura matricial diverge da estrutura divisional em alguns aspectos, entre os quais, notadamente, pela existência de
- (A) centros de resultados, com autonomia operacional e gerencial, porém não financeira, vinculados à matriz na forma de organograma funcional.
 - (B) autoridade de linha, partindo do principal executivo da organização até os níveis inferiores.
 - (C) cadeia escalar, indicando que cada subordinado recebe ordens e presta contas de acordo com uma matriz de responsabilidades predefinida.
 - (D) apuração de lucros ou prejuízos de forma centralizada, para toda a organização.
 - (E) órgãos vinculados a projetos, órgãos estes com duração limitada à finalização dos projetos correspondentes.
56. Suponha que determinada entidade integrante da Administração indireta pretenda implementar um programa de desenvolvimento e fortalecimento de lideranças e, para tal mister, tenha se valido de conceitos apresentados por consultor especializado, baseados nos estilos clássicos de liderança desenvolvidos por Kurt Lewin. Com base em tais conceitos, é possível identificar diferentes estilos de liderança, quais sejam:
- (A) centrada na tarefa – centrada nas pessoas – mista.
 - (B) gerencial – operacional – funcional.
 - (C) liberal – democrática – autocrática.
 - (D) carismática – transacional – transformacional.
 - (E) diretiva – apoiadora – participativa.



57. Uma das abordagens clássicas acerca do fenômeno da motivação nos ambientes corporativos é a Teoria do Reforço, desenvolvida por Skinner, segundo a qual
- (A) a motivação está diretamente ligada ao valor atribuído a um resultado almejado, sendo reforçada através dessa mensuração.
 - (B) o homem médio não gosta do trabalho e o evita, sendo necessário criar mecanismos coercitivos para motivá-lo a realizar as tarefas.
 - (C) existe uma hierarquia de necessidades dos indivíduos a serem atendidas, e o seu atendimento, nessa ordem, reforça a motivação.
 - (D) o reforço negativo não corresponde à punição, mas sim à remoção de um estímulo aversivo.
 - (E) apenas recompensas motivam as pessoas à realização de tarefas, quer sejam financeiras (positivas) ou morais (negativas).
-
58. Suponha que tenha se instaurado conflito entre 2 grupos integrantes de uma organização pública, resultado da redução de recursos orçamentários a ela destinados e da correspondente necessidade de efetuar cortes de despesas. Considere que a estratégia adotada para gerenciamento do referido conflito tenha sido uma negociação distributiva, o que significa que
- (A) se trata de uma negociação do tipo “ganha-ganha”, em que é viável achar uma solução que contemple todas as partes envolvidas.
 - (B) a solução adotada implicará um lado “vencedor” e um lado “perdedor”, dada a limitação de recursos.
 - (C) o conflito será evitado a partir da participação de um terceiro não integrante da organização.
 - (D) haverá um enfrentamento indireto do conflito, com técnicas de redução das diferenças entre os grupos envolvidos.
 - (E) serão adotadas soluções disponíveis no acervo da organização para situações similares, que podem ser do tipo “ganha-ganha” ou “perde-ganha”.
-
59. Entre as metodologias e ferramentas utilizadas para gerenciamento de projetos, a *PERT – Program Evaluation and Review Technique*, que possui natureza probabilística,
- (A) estima a probabilidade de êxito de um projeto de forma diretamente proporcional ao caráter estratégico a ele atribuído pela organização.
 - (B) avalia a probabilidade, em cada projeto, de ações determinadas sofrerem atrasos, o que não compromete, contudo, o prazo final.
 - (C) identifica a probabilidade de êxito de um projeto, ponderando o número de projetos implementados simultaneamente na organização, em face da limitação da força de trabalho.
 - (D) considera que cada projeto possui uma sequência própria de etapas e ações, ponderando a probabilidade de falhas em cada uma delas e eliminando as mais críticas.
 - (E) estima o tempo de conclusão do projeto por meio da média ponderada de diferentes estimativas de tempo: otimista, pessimista e provável.
-
60. Considere a seguinte situação hipotética: determinada empresa pública, cujo objeto é administrar a malha ferroviária na região metropolitana, estabeleceu como meta, baseada em pesquisas junto à população, a redução do tempo de espera e aumento do conforto dos passageiros. Para tanto, não poupou esforços e investiu na modernização de trens e em um novo sistema de gerenciamento. Conseguiu atingir os níveis de qualidade pactuados, na forma esperada pela população, contudo, em função de falhas nos orçamentos utilizados nos procedimentos licitatórios para aquisição dos trens e sistemas, acabou pagando valores muito superiores aos de mercado. Na situação narrada, a atuação da empresa mostrou-se
- I. efetiva, em face do atendimento dos anseios da sociedade.
 - II. eficaz, pelo cumprimento das metas estabelecidas.
 - III. eficiente, pelo cumprimento do objetivo, ainda que a custos mais elevados.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II.
 - (B) I.
 - (C) I e II.
 - (D) I e III.
 - (E) II e III.

**REDAÇÃO OFICIAL****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado 03/2018, Capítulo 9: 9.3 Na Prova Discursiva-Redação Oficial o candidato deverá desenvolver uma Redação Oficial a partir de uma única proposta, em conformidade com as especificações do Manual da Presidência da República (2002) para o gênero textual solicitado. 9.4 Na Prova Discursiva-Redação Oficial, considerando-se que o texto constitui uma unidade, os itens discriminados a seguir serão avaliados em estreita correlação, o que significa que a avaliação de cada um dos itens abaixo não será feita de modo meramente mecânico ou estanque: 9.4.1 **Conteúdo – até 25 (vinte e cinco) pontos:** Capacidade de desenvolvimento do tema proposto, com clareza, coerência e concisão, considerando que a transparência do sentido dos atos normativos, bem como sua inteligibilidade, são requisitos da Redação Oficial, conforme estabelecido no Manual da Presidência da República (2002). A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra abordagem parcial e/ou colagem de textos e de questões apresentados na prova. 9.4.2 – **Estrutura – até 50 (cinquenta) pontos:** a) respeito ao gênero solicitado, em conformidade com as especificações do Manual da Presidência da República (2002); b) uniformidade e encadeamento de ideias; c) coesão textual (articulação de frases e parágrafos). 9.4.3 **Expressão – até 25 (vinte e cinco) pontos:** a) impessoalidade e desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido na elaboração das comunicações oficiais; b) adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso; c) domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos, elementos coesivos; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes e formas de tratamento; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação. 9.5 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Redação Oficial a que se refere este Capítulo, os candidatos devem usar as normas ortográficas em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016, implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 9.6 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação Oficial que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 9.7 Na Prova Discursiva-Redação Oficial, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela banca examinadora. 9.8 Na Prova Discursiva-Redação Oficial deverão ser rigorosamente observados os limites de espaço estabelecidos na folha da prova, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 9.9 A Prova Discursiva-Redação Oficial terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 70 (setenta).

Atenção:

Está dispensado o espaçamento entre as linhas exigido na formatação oficial do documento.

Há dois anos está em funcionamento o Cadastro Nacional de Violência Doméstica. O Sistema coleta informações sobre o número de inquéritos instaurados, com classificação pelos motivos do crime, pelo tipo de relação da vítima com o autor do crime, entre outras.

Por ocasião da avaliação dos resultados dos 12 anos de promulgação da Lei Maria da Penha, em nome da Deputada Adélia de Almeida, redija um **Ofício** solicitando informações estatísticas ao Coordenador do Sistema, Rômulo Rodrigues, a respeito do perfil socioeconômico de vítimas e agressores.

O documento deverá ser redigido em conformidade com o *Manual da Presidência da República*, e conter os seguintes elementos:

- a depender do andamento das tratativas acerca da propositura em pauta, poder-se-á instalar, por Ato do Presidente da Casa Legislativa, Comissão Especial que abrigue Discussão e aprovação do plano de trabalho relativo ao temário;
- *a priori*, da cúpula do Executivo da atual Gestão, pretende-se convidar, para um primeiro encontro a discutir o assunto, o chefe da Casa Civil e da Secretaria da Mulher, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos;
- debates importantes precisam ser realizados a respeito da temática;
- vislumbram-se encaminhamentos, em momento oportuno, de requerimentos de informações aos Secretários de Estado, cujas missões revelem afinidade com a proposição que se pretende minutar;
- há um projeto fundamental para o Distrito Federal que deve ser apreciado;
- a propositura do projeto deverá introduzir ao menos duas consultas públicas, a serem efetuadas antes do período do recesso parlamentar do corrente.



REDAÇÃO OFICIAL

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	